

“Memória popular, trajetórias de vida e história de favelas: um estudo de caso em Vigário Geral”.

Profa. Dra. Maria Paula Araújo - UFRJ

Este trabalho faz parte de uma pesquisa, já em fase final, cujo objetivo foi a recuperação da história de uma favela carioca – no caso, Vigário Geral. Esta pesquisa foi realizada em parceria com o Grupo Cultural Afro Reggae e resultou num material que está sendo editado e que deverá ser publicado com o título “História e Memória de Vigário Geral”.

O trabalho que vou apresentar aqui se utiliza de algumas partes deste material para fazer uma reflexão sobre a potencialidade da memória e da oralidade no estudo de comunidades populares cujas histórias não são registradas, nem documentadas, a não ser quando são atingidas por grandes tragédias.

Para escrever a história de Vigário Geral tivemos que recorrer, fundamentalmente, às fontes orais, já que não há registro oficial nem sequer da criação do Parque Proletário de Vigário Geral, na década de 1950. Utilizamos também os acervos pessoais de fotografias e recortes de jornais dos moradores da comunidade. Útil também foi a documentação referente ao projeto municipal de urbanização “Favela Bairro”. Estas foram as fontes essenciais de nossa pesquisa. A documentação sobre Vigário Geral só se torna abundante a partir do ano de 1993 quando ocorreu o trágico episódio que ficou conhecido como “a chacina de Vigário Geral”; fato amplamente divulgado pela mídia impressa e televisiva em todo o país.

Nosso contato com a comunidade, seus moradores, suas histórias, seus casos, seus baús particulares cheios de fotos e recortes antigos – tudo isso só foi possível através da parceria que estabelecemos com o Afro Reggae, grupo que atua na favela,

junto aos jovens, desenvolvendo inúmeras iniciativas artísticas e culturais – como oficinas de música, grupos de teatro, escolas de circo e de malabarismo.

Uma questão que eu gostaria de salientar é a importância da memória dos moradores, sobretudo dos moradores mais antigos, para a construção de uma narrativa histórica deste tipo. Para tanto é importante que os próprios moradores valorizem esta memória e reconheçam como documentos históricos o material sobre a comunidade que eles guardam, muitas vezes, em suas casas como recordações pessoais. Em muitos casos, a expansão e a trajetória da comunidade se misturam e se confundem com a trajetória de vida de seus moradores. Nós trabalhamos com um grupo destes moradores mais antigos, que batizamos de “*Pioneiros*”. Estes “Pioneiros” não foram apenas alguns dos primeiros moradores da área mas foram também os principais articuladores das primeiras formas associativas e de lazer da comunidade: a Associação de Moradores, a Comissão de Luz, o time de futebol “Onze Unidos”. São eles (ou suas famílias) que guardam em suas casas a maior parte do material documental sobre Vigário Geral: fotos antigas de mutirões, de assembleias da Associação de Moradores e da Comissão de Luz, registros e atas destas entidades. Como os moradores mais antigos, eles têm a memória dos grandes dramas da comunidade, como as enchentes e desabamentos. É importante salientar também que não se trata apenas de antiguidade, sua narrativa sobre a trajetória da comunidade é respaldada por legitimidade e representatividade. As pessoas da comunidade – quando inquiridas pela equipe da pesquisa sobre os moradores mais antigos que teriam mais história para relatar – sempre apontavam os mesmos nomes: Seu Lins, Seu Nilson, Seu Farides, Seu José Emídio, Seu Denair. E Seu Naildo, já falecido, cuja família guarda uma preciosa caixa de fotografias e recortes de jornal.

Este grupo de moradores compõe, a nosso ver, uma “comunidade de destino” tal como proposta por Ecléa Bosi em seu livro “*Memória e Sociedade, Lembrança de Velhos*”.¹ A tese de Ecléa Bosi se baseia na teoria de Maurice Halbwachs sobre a memória como construção social. Halbwachs acentua o processo coletivo da

construção da memória, insistindo em sua dimensão de algo compartilhado por um conjunto de pessoas que pertencem a uma “comunidade afetiva”:

“Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns **que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam** incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade”.²

Em seu livro Ecléia Bosi sublinha a importância de seus entrevistados pertencerem a um grupo comum. Velhos habitantes de São Paulo, a condição de anciões os une no momento de rememorar a cidade de sua infância e juventude. Bosi aborda uma comunidade que chama de “comunidade de destino” – que, no caso de seu trabalho, é o próprio envelhecimento. Seus personagens trazem na lembrança uma cidade que não mais existe, apenas em suas lembranças.

É o pertencimento a uma comunidade que permite o processo social de construção da memória. Nossos “Pioneiros” pertencem a uma comunidade deste tipo, reconhecida por eles e pelos demais moradores de Vigário Geral. E este reconhecimento dá estrutura, conteúdo e legitimidade às suas lembranças – à memória construída por este grupo acerca do nascimento e expansão de Vigário.

No entanto, é preciso também salientar que a memória não está livre das contingências políticas mais gerais. Todos os nossos entrevistados só deram seus depoimentos depois que lhes asseguramos que nosso intuito era a história de Vigário, sua criação e crescimento – e não (pelo menos não essencialmente) a chacina ocorrida em 1993. Este é o grande silêncio das entrevistas. Sobre os acontecimentos mais recentes relacionados à criminalidade, violência policial, tráfico de drogas, estes depoentes se recusaram a falar. Para estes temas, altamente perigosos, eles não se sentem legitimados nem protegidos para prestarem declarações. Quem fala sobre estes temas são outras pessoas: aquelas que tem no combate à violência e criminalidade sua principal razão de ser e de atuar em Vigário Geral. Estas pessoas,

ligadas diretamente à ONGs que ali se estabeleceram depois da chacina, são as únicas que se sentem autorizadas para abordar o tema. Entre elas se destacam os próprios jovens do Afro Reggae. Nossos “Pioneiros” se sentem mais à vontade no relato de uma história anterior, que se passa entre as décadas de 1950 e 80.

Neste sentido, eu gostaria de me deter aqui num ponto: o nascimento de Vigário Geral e a chegada, ao longo dos anos 50, destes “Pioneiros” na região. Os relatos que fazem de sua chegada à comunidade correspondem a diferentes formas de ocupação de Vigário Geral.

O único registro oficial que existe sobre a criação do Parque Proletário de Vigário Geral, encontrado no Instituto Pereira Passos, também dá a década de 1950 como referência e também se baseia no depoimento de moradores.³ Quase todos eles relatam a primeira metade dos anos 50 como o início da favela, em função da política de remoção da Prefeitura.

A política de criação de “parques proletários” deriva de um projeto antigo, do então Prefeito do Distrito Federal em 1940, Henrique Dodsworth, em pleno Estado Novo do período Getúlio Vargas. A idéia era a substituição das favelas por núcleos de habitações populares. Já nas décadas de 1950 e 60 os parques proletários mudaram de função: passaram a representar um local provisório para populações removidas. Desejando ocupar áreas da cidade favelizadas – para embelezamento urbanístico ou construção civil – a prefeitura retirava os moradores e os alocava em outra região, onde criava um Parque Proletário. Os Parques Proletários tinham então um sentido provisório – receberiam esta população removida de outras favelas até que a prefeitura designasse local adequado para que estas famílias morassem. O problema era que, uma vez removidas com sentido temporário, a prefeitura muitas vezes se esquecia destas famílias e a solução provisória do Parque Proletário virava uma situação definitiva, permanente. Muitas favelas nasceram assim. E esta foi, também, uma das origens de Vigário Geral.

Seu Nilson, um dos nossos “pioneiros”, morador antigo, hoje um pequeno empresário de Vigário, dono de uma loja de material de construção, lembra da chegada de sua família em Vigário, junto com a população removida de outras regiões:

“A gente veio para a Cidade Alta, uma favela chamada Morro Azul, que ficava em Cordovil, que hoje é chamada Cidade Alta. Em 1953 eles (a prefeitura) removeram o pessoal da Cidade Alta para Vigário Geral que recebeu o nome de Parque Proletário de Vigário Geral. Aqui era tudo mangue, da parte interna da linha (do trem) para cá era tudo mangue. Os primeiros moradores de Vigário Geral foram os de Cordovil. Depois vieram os do Morro de Santo Antônio, Morro da Glória e algumas invasões, onde parentes e amigos eram trazidos e colocados aqui também. Mas os três bairros que foram removidos para cá através da prefeitura foram: o que é hoje a Cidade alta, Aterro da Glória e Morro de Santo Antônio.”⁴

A partir daí vieram outras pessoas, de diferentes regiões e origens, atraídas pelo Parque Proletário, que funcionava como chamariz para pessoas que não tinham onde morar. Como escrevemos acima o Parque Proletário, na década de 50, era uma solução provisória para famílias removidas de outras áreas. Por isso a prefeitura não permitia a construção de casas de alvenaria – que poderiam configurar uma solução definitiva. Só era permitido a construção com madeira, que sublinhava a dimensão temporária daquele espaço. Mais do que isso: em muitos casos a Prefeitura fornecia a madeira para a construção de moradias provisórias. Este era um dos principais atrativos que faziam acorrer novos moradores para um Parque Proletário recém criado. Mas não era só isso. O Parque Proletário apresentava alguma infraestrutura e uma coletividade humana que, de certa forma, agregava e protegia os recém chegados. Os primeiros moradores chamavam amigos e parentes. E estes chamavam, por sua vez, seus familiares. Esta nova leva de habitantes foi chamada pelos primeiros moradores de “invasões”. Na lembrança e na classificação histórica dos moradores sobre a ocupação de Vigário há esta nítida diferença: os que vieram com a “remoção” da Prefeitura e deram origem ao Parque Proletário de Vigário Geral; e os que vieram

depois, nas “invasões” atraídos por uma comunidade que já existia. Esta distinção era uma forma das primeiras famílias se diferenciarem das que vieram depois e garantirem para si um certo *status* e primazia na região. Os moradores que vieram com a remoção, em sua maioria, ocuparam a área que hoje é o *miolo* de Vigário, perto da quadra esportiva, onde se localiza a sede da Associação de Moradores. Os que vieram um pouco depois, atraídos pela criação do Parque Proletário, espalharam-se pela área, ocupando a região dos campos de futebol.

A terceira versão para o povoamento de Vigário Geral diz respeito ao loteamento da área próxima à ferrovia (estrada de ferro da Leopoldina). Os lotes foram distribuídos entre os trabalhadores da ferrovia. Uma distribuição não oficial, porque o terreno era da União e não foi desapropriado. A maioria das pessoas que recebeu um lote nesta época não tem título de propriedade do terreno. A peculiaridade desta ocupação é que os lotes foram distribuídos segundo uma padronização, têm todos a mesma metragem. A entrada em massa dos ferroviários foi benéfica para Vigário Geral. Eles reestruturaram o Parque Proletário. Muitos tinham experiência de vida corporativa e sindical e isso trouxe vantagens para a comunidade. A experiência política dos ferroviários foi importante, inclusive, para a estruturação das primeiras formas associativas da comunidade, como a Associação de Moradores e a Comissão de Luz. Como disse Seu Nilson, em seu depoimento:

*“Vigário Geral começou a se estruturar quando veio o pessoal da Leopoldina. Vieram muitos ferroviários para cá. O ferroviário é um homem mais preparado, então eles começaram a assumir a direção da comunidade, começaram a trabalhar, a fazer reivindicações, a trazer políticos”.*⁵

Foi, portanto, com os ferroviários que os moradores de Vigário aprenderam a negociar com os políticos. Com esta negociação conseguiram, em várias regiões da favela, água, luz, esgoto, calçamento. É interessante observar que quase todos os depoimentos se referem a esta capacidade especial dos ferroviários em negociar, articular, ter contatos políticos, “entender” de política. Os depoimentos evidenciam

uma visão de política como barganha, troca de interesses. Os ferroviários, acostumados à prática sindical, inseriram os interesses de Vigário Geral na agenda dos políticos interessados nos votos da região.

Estas três diferentes narrativas de origem de Vigário Geral coincidem com as diferentes formas de chegada e inserção dos primeiros moradores: a via da “remoção”, a das “invasões” e, finalmente, o loteamento da área da ferrovia. Estas narrativas contam o nascimento de Vigário Geral e conferem uma história e uma origem a uma comunidade que não tem registro oficial de criação. A história de vida destes “pioneiros” – que chegam todos muito jovens ao Parque Proletário de Vigário Geral – se confunde com a história da comunidade. Dialeticamente dá sentido a ela e ganha sentido a partir dela, do papel que nela desempenharam. Esta relação perdura, pelo menos, por quase quatro décadas: dos anos 50 aos anos 80. Na década de 1990, porém, a violência rompe esta identificação porque estes “pioneiros” não conseguem atuar sobre ela. Com toda a sua representatividade, seu peso na história da comunidade, sua importância nas entidades associativas, não conseguem interferir e deter um processo que repudiam.

Notas:

¹ Ecléa Bosí. “Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos”, SP, Companhia das Letras, 1994.

² Maurice Halbwachs. “A Memória Coletiva”, SP, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

³ Relatório específico de favelas. SABREN 6.0 (Sistema de assentamentos de baixa renda). Instituto Pereira Passos.

⁴ Depoimento Seu Nilson, Núcleo de História Oral e Memória (IFCS/UFRJ).

⁵ Idem.